

INCORPORANDO A QUESTÃO DE GÊNERO NOS ESTUDOS E NO PLANEJAMENTO URBANO

Dra. Sonia Alves Calió*

O conceito de Gênero, trazido recentemente para dentro das Ciências Sociais pelo feminismo, diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino. Ou seja, ao conjunto de regras segundo as quais as sociedades transformaram as condições biológicas da diferença em verdadeiras normas sociais.

O novo feminismo que explodiu nos anos 70 trouxe a tomada de consciência e ação das mulheres a respeito de sua opressão e exploração. Significou ações movidas em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos através de importantes transformações sociais, demonstrando a existência de outras relações de poder, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as relações sociais e atuam no mundo privado e pessoal.

Visto como categoria analítica da realidade social, o gênero traz visibilidade às mulheres e permite outras re-leituras dos fenômenos sociais. Assumir a categoria de gênero significa identificá-lo a partir dos vários espaços onde ele se constrói: na cidade, na família, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade.... Significa também trazer à tona a relação de gênero como relação de poder - uma relação impossível de ser explicada pela biologia da mesma forma que a dominação racial.

A sociedade deve estar preocupada não só com as desigualdades sócio-espaciais fruto das diferenças sociais mas também com as relações de poder entre os gêneros, ou seja, as relações sociais entre os sexos em relação à evolução do espaço rural e urbano.

A sociedade deve se preocupar em incorporar perspectivas não-sexistas e não-patriarcais, estimulando a igualdade e a diversidade, tanto para o homem como para a mulher, e que procure integrar campos de conhecimento que no dia-a-dia da vida não se separam, contribuindo para a construção de uma visão mais abrangente de mundo.

A Questão de Gênero dentro da Geografia

Para entendermos a contribuição que o feminismo vem trazendo especificamente à Geografia, devemos acompanhar o processo de surgimento da questão de gênero dentro da disciplina.

A partir de meados dos anos 70, surge dentro do pensamento geográfico uma corrente de mulheres geógrafas reagindo contra o **androcentrismo da Geografia oficial**. Colocando o Homem como principal agente de mudanças na paisagem - o Homem e o meio físico, o Homem e o meio ambiente, o Homem e a cultura - a Geografia retrata a humanidade como masculina, na lógica do um e do igual, do idêntico e do homogêneo, excluindo metade da Humanidade. Assim, as mulheres não existem no meio geográfico.

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo (NEMGE-USP), São Paulo, Brasil,

O androcentrismo é a base do sexismo e da masculinidade que, sob diferentes níveis, estão presentes nas Ciências. Ele nos leva a compreender os importantes limites conceituais assim como os obstáculos vividos dentro das disciplinas, por toda pesquisa envolvendo a questão de gênero ou as relações sociais entre os sexos.

Em nossa cultura, a definição dos papéis sexuais como opostos entre o que é considerado **público** e **doméstico** confinou as mulheres à esfera doméstica, impedindo-lhes o acesso ao saber, ao poder, ao prestígio e aos valores culturais que foram, e ainda são, prerrogativas masculinas

Nesse sentido, nas últimas décadas os estudos feministas sobre as ciências vêm desmascarando com impiedade os princípios de neutralidade, objetividade, compromisso com a "verdade", investigando a fundo as interrelações de poder e a participação das mulheres no dia-a-dia das comunidades científicas. A inacessibilidade à "caixa preta" das Ciências começa a ser questionada assim como seu androcentrismo tão fortemente presente na pesquisa científica.

A crítica à masculinidade das Ciências tem passado por diferentes posições - das liberais às mais radicais - levadas, sobretudo mas não unicamente, por mulheres cientistas feministas.

Os primeiros estudos centraram-se quase que exclusivamente na ausência das mulheres nas ciências e nas barreiras responsáveis por essa ausência, reivindicando igualdade. Rapidamente o tema foi sendo deslocado para as consequências científicas dessa sub-representação histórica nas Ciências. Questionando a "neutralidade de gênero" dos critérios que definem o que é científico, foi a própria objetividade que se tornou suspeita como sendo um objetivo androcêntrico.

EASLEA¹ uma extensa pesquisa sobre a ciência e a opressão sexual, afirma que a filosofia que sustenta a ciência moderna desde o século XVII, foi sexista em pelo menos três campos interrelacionados: na prática, porque dela excluiu as mulheres; nos seus objetivos, porque contribuiu para a consolidação da sociedade patriarcal e de seus interesses masculinos e, finalmente em sua aplicação e resultados, porque serviu à construção de uma sociedade patriarcal-capitalista que proclamou a superioridade e virilidade masculina. É o sistema patriarcal que justifica a exploração através das diferenças biológicas, reforçando a idéia de uma "natureza" e de uma "essência feminina, limitando a criatividade das mulheres, e dirigindo-as para atividades científicas que mais se adaptem às suas prioridades enquanto mulheres: esposas, mães, donas de casa.

Nos últimos anos, a crítica feminista das ciências deslocou-se de uma perspectiva liberal para uma radical, baixo diferentes nuanças. Se os primeiros estudos centraram-se na ausência das mulheres na ciência e a busca de suas causas, rapidamente evoluíram para a discussão das consequências científicas dessa sua sub-representação histórica na ciência, bem como para o questionamento da "neutralidade de gênero" dos próprios critérios que definem o que é científico.

Para nós, Ciência implica um projeto humano que renuncie à divisão do trabalho emocional e intelectual, que mantêm a ciência como reserva masculina. Defendemos uma ciência livre de preconceitos de gênero - entendendo-se aí não a justaposição ou a complementaridade de perspectivas masculinas e femininas nem tampouco a substituição de uma pela outra. As Ciências devem permitir a sobrevivência criativa e produtiva de diferentes concepções que busquem a convivência entre si e não a imposição de uma sobre as outras.

Nessa perspectiva, geógrafas pesquisadoras influenciadas pelas idéias feministas que ressurgiam com muita força pós anos 70, afirmando que "*praticavam uma geografia da qual eram excluídas e falavam de um mundo no qual se sentiam em exílio*", trouxeram para dentro da Geografia a questão da mulher.

De início muito tímidas e com trabalhos essencialmente descritivos, essas geógrafas iniciam sua presença na literatura geográfica e nas publicações científicas, abordando temas como: trabalho doméstico; família e/ou novos tipos de família; distribuição do emprego feminino etc. Mais tarde, evoluindo nos seus estudos, organizando encontros, debates, e formando uma rede de intercâmbio internacional², entram para valer no debate teórico "geografia e gênero". Tendo por base a questão da relação de gênero aplicada à análise da estrutura social e espacial das sociedades, levantam questões teóricas explorando a origem dos conceitos androcêntricos empregados na Geografia, as relações sociais entre os sexos, a divisão sexual do trabalho, as relações entre produção e reprodução, entre capitalismo e patriarcado, com o objetivo de tornar clara a relação específica das mulheres com o meio ambiente e com o espaço³.

Hoje temos importantes e numerosas publicações que discutem o tema, refletindo a significativa produção da chamada **Geografia de Gênero**.

"...não deve ocultar a importância do questionamento da Geografia androcêntrica nesse país que vive intensamente "ao masculino". Deve, isso sim, servir de estímulo à todas e todos os pesquisadores(as) geógrafos(as) que estão preocupados(as) com uma "geografia mais generosa" - como justamente propõe Santos⁴ - "e um espaço mais justo que seja organizado em função dos interesses dos homens"- como propõe Moraes⁵ - e também das mulheres, como completariamos nós".⁶

A Questão de Gênero nos Estudos e Planejamento Urbano

Desde nossa tese de doutorado "Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana", defendida pelo Depto. de Geografia da Universidade de São Paulo em 1992, procuramos pensar a cidade a partir de instrumentais teóricos baseados nas teses do pensamento feminista. Pensamos a cidade ao feminino.

O gênero - categoria analítica da realidade social - vai nos permitir "uma nova 'grille' de leitura dos fenômenos sociais"⁷ Não negamos a preocupação com a condição feminina mas quando não se incorpora a noção de gênero, estuda-se a mulher a partir de uma perspectiva onde a verdadeira protagonista da análise não é a mulher em si mas ela é tomada como um outro elemento, possível ou não, de ser incorporado no estudo dos processos sociais.

Convidamos, portanto, a sociedade a aprender a se conjugar também ao feminino.

Durante muito tempo, a prática desigual de uso do espaço urbano entre homens e mulheres não foi percebida como uma questão importante. Importavam sobretudo as divisões espaciais provocadas por questões demográficas, econômicas, culturais e políticas.

Comentário [AAMCdCeS1]:

Aos poucos essa situação vem se modificando. A introdução da variável "sexo" vem permitindo que se analise o lugar de homens e mulheres no urbano, mostrando como e porque cada um vive o cotidiano da cidade com diferentes lógicas temporais e espaciais de organização.

O espaço-tempo urbano, dividido pela separação *objetiva* do trabalho e *subjetiva* da casa, explica a diferença de comportamentos e atitudes entre os sexos. Espaços inversos e hierarquizados, onde a mulher encontra seu "orientamento" no interior da casa e o homem, virando as costas à casa, procura seu "orientamento" no mundo.

A questão do patriarcado - convivendo simbioticamente com a dinâmica capitalista - vem enriquecer a compreensão sobre o mundo urbano, opondo cada vez mais trabalho-feminino/trabalho-masculino, trabalho-dentro/trabalho-fora, vida pública/vida privada e, conseqüentemente, espaços-tempos diferenciados para homens e mulheres.

A afirmação dessa combinação patriarcado/capitalismo - verdadeiro sistema social de dominação - vem no sentido de contestar posições que apresentam os dois sistemas como independentes: de um lado, o patriarcado como sistema de dominação político-ideológica e, de outro, o capitalismo como sistema de dominação econômica. Eles não são autônomos entre si. Muito pelo contrário. Combinam-se com base em uma divisão sexual do trabalho presente tanto na esfera da produção como na da reprodução social.

É a compreensão da totalidade desse sistema de dominação que vai nos permitir analisar a questão da mulher dentro do sistema urbano através de duas variáveis: **a exploração econômica do capitalismo e a opressão sexual do patriarcado**. Uma, visível, dizendo respeito à vida pública e, a outra, disfarçada, escondida no interior da vida privada.

Considerar esta "santa aliança" patriarcado/capitalismo significa entender que as relações sociais de produção e reprodução se apresentam diferenciadamente não só para as classes sociais mas também para os sexos.

As mudanças ocorridas no trabalho doméstico e nas funções da família, a transformação da estrutura do uso da terra, determinando a separação crescente do trabalho doméstico do trabalho assalariado, foi o grande fator de caracterização da urbanização moderna.

A distinção das esferas públicas e privadas, alterando relações sociais entre homens e mulheres, priorizando o mundo público - político e econômico - aos homens e o mundo privado - doméstico e íntimo - às mulheres, sexou a cidade. E os estudiosos urbanos tiveram dificuldade em fazer essa nova leitura. Isso implicou na negação da esfera do privado, das atividades domésticas, e mesmo das atividades das mulheres. É o que chamamos de **"invisibilização" das mulheres na multidão urbana**. Elas estão lá, importantes para o cenário mas insignificantes para a cena.

Assim, a cidade passa a ser tratada como um amontoado de indivíduos assexuados, submetidos a um ponto de vista global - leia-se masculino - que não vivem outras relações sociais entre si que não sejam as de classe.

A casa, esfera da reprodução, passa a ser vista como simples unidade demográfica e estatística, sem qualquer estrutura hierárquica de relações de poder.

Concordamos inteiramente com as autoras de "O Sexo do Trabalho"⁸ quando afirmam que sem se analisar o desenvolvimento capitalista do ponto de vista da divisão de trabalho entre os sexos, fica impossível entender o

"duplo movimento da generalização do trabalho assalariado e o surgimento - enquanto tal - do trabalho doméstico".

Dessa forma, o funcionamento da sociedade não é estudado no seu conjunto nem na sua totalidade. Reconhece-se o papel da mulher no suprimento físico da força de trabalho e mesmo sua presença no mercado profissional, mas ignora-se o papel da "totalidade do seu trabalho" para a cidade.

Excluindo-se a combinação patriarcado/capitalismo no sistema urbano, exclui-se a real existência da mulher na cidade. E isso se traduz tanto nos estudos sobre movimentos sociais urbanos como nas políticas públicas urbanas onde, efetivamente, ela é uma desconhecida - nos dados estatísticos, na história, nos fatos, nas tomadas de decisões - e acaba por ser amalgamada na multidão urbana como se não tivesse existência real, específica e singular.

É exatamente isso o que ocorre: misturada na multidão, a mulher vive uma falsa impressão de igualdade de uso e de mobilidade urbana.

Ignorar a relação patriarcado/capitalismo como um sistema integrado de dominação social, fazendo desaparecer a divisão sexual do trabalho, é o que caracteriza a "invisibilidade" da mulher nos estudos urbanos.

As estruturas de dominação racial, sexual e de classe afetam explicitamente a cidade, que não é neutra, que exprime relações sociais e reproduz, espacialmente, as divisões da sociedade na forma de segregação, organizando o espaço e o tempo dos indivíduos.

O não entendimento da cidade-sexista impossibilita aos estudiosos urbanos reconhecer nela a mulher. Esteja ela onde estiver, no mercado de trabalho, no lar, seja ela sozinha, casada, chefe de família, de qualquer idade, cor e classe social - a origem de classe não muda fundamentalmente a natureza e a permanência de sua opressão - ela sofre segregação através da ideologia patriarcal refletida no espaço urbano: divisão do trabalho em doméstico/social e sua conseqüente repartição mulher/homem, privado/público.

"... a cidade reproduz uma divisão dada por natural. Existe uma 'fora' e um 'dentro'. O fora da cidade é o espaço dos homens. Com o espaço de dentro, o lar, julga-se que as mulheres tenham segurança."⁹

Esse 'dentro' significa mais do que o espaço da casa. Ele é também o espaço da economia doméstica, destinado às mulheres na cidade. Aquele, no interior do qual se realizam trabalhos domésticos: a casa e sua extensão econômica, conceituada por nós como **lar expandido**.¹⁰

Estudiosos urbanos que usam conceitos como **segregação, direito à cidade, revolução urbana**, o fazem em termos de classes sociais e de luta de classes, dificilmente incorporando aí análises de gênero. É certo que a origem de classe determina a situação de cada indivíduo na cidade. Mas, quando pensamos nas mulheres, essa análise não nos basta. Pelo contrário, ela é redutora, primeiro porque coloca implicitamente cada mulher na classe social de seu pai/marido. Depois, não consegue reconhecer cotidianamente na cidade o lado patriarcal que sustenta os condicionamentos sociais que oprimem as mulheres. Por exemplo, as dificuldades de acesso, veladas ou não, às "oportunidades sociais", as restrições que sofre na sua mobilidade com agressões explícitas ou implícitas, o uso que se faz do seu corpo como objeto de

consumo sexual - tudo isso, e muito mais, agride a todas, independente de sua origem de classe.

Dagenais¹¹ critica a posição de uma parte da sociologia urbana que apresenta a cidade como unidade de consumo coletivo onde se dá a reprodução da força de trabalho, onde a produção aparece como essencialmente do domínio público e mercantil e não se toca na produção doméstica, efetuada gratuitamente pelas mulheres.

As relações patriarcais que regem essa produção doméstica - relações de propriedade do homem em relação à mulher - ficam absolutamente ignoradas, como ignorado fica o papel das mulheres na reprodução biológica dos trabalhadores. Nem quando pela lógica patriarcal elas deveriam estar naturalmente presentes - nas lutas pelo consumo considerado na sua forma coletiva - as mulheres aparecem como atrizes sociais. Não há nenhuma percepção de que são objetos de uma luta e dinâmica sexual. Não 'enxergando' sua presença, não lhes reservam qualquer lugar em suas análises, nem nas específicas. Fica a impressão de que

*"os vários exemplos de lutas organizadas pelas mulheres não figuram entre as ações que renovam as vias revolucionárias de nossas sociedades e articulam outras formas de conflito com as saídas do sistema produtivo e da luta política"*¹².

Dessa forma, mesmo que não intencionalmente, a maior parte desses estudiosos acabam por despolitizar a esfera do doméstica, talvez entendendo que só assim estarão "politizando" o sistema urbano.

Breitbart¹³ também critica os estudos que deixam inexplorada a forma como os grupos sociais se acomodam, se mediatizam e resistem à lógica da dominação social do capital dada tanto pela divisão social e sexual do trabalho como pela ideologia dominante. A autora reforça o papel das "culturas de oposição", analisando as várias lutas das mulheres pela conquista de uma nova forma de "estar no espaço urbano". Sem fetichizar o espaço - ele não é dominador, nem libertador - é nele que ocorrem tanto as lutas de dominação como as de superação da dominação.

Nessa mesma linha de frear o fetiche da ciência espacial, Mackenzie¹⁴ acredita que se o foco da análise for colocado mais na resistência das mulheres e nas suas lutas contra a dominação, entenderemos melhor as alterações / interações do trabalho fora-e-dentro-de-casa. O importante é analisar não tanto **onde** as lutas ocorrem, **mas como e por quê?** Como as mulheres chegam à compreensão do seu lugar no mundo e qual a sua relação com o sistema mais amplo de poder em que estão envolvidas? Como alteram essas relações de poder através de suas próprias ações? Com essa participação, no que se modificam como pessoas? E qual fica sendo exatamente o papel do espaço social da cidade?

Avançando a partir de questionamentos desta autora, é importante tornar-se o exemplo das lutas das mulheres contra a violência de que são vítimas, e isso praticamente em todo o mundo. A ruptura com a "cultura da violência" os terrenos espaciais de protesto mais as mulheres - fazendo-as sentir diretamente sua opressão - do que qualquer discurso bem articulado anti-patriarcal. Nesse sentido, o espaço ajuda a criar novas formas de relação de gênero. Por exemplo, as Casas de Apoio à Mulher Vítima de Violência, que estão sendo criadas pelo mundo afora, originam espaços alternativos que além de oferecer reais soluções, envolvem um "simbolismo e um imaginário" que capturam as esperanças das mulheres. É certo que essas Casa não atendem à maioria da demanda mas o importante é que "envolvem uma experiência-

modelo", inclusive no sentido de se pensar ações maiores (sobretudo em termos de políticas públicas) quanto à essa questão da violência. É no assumir sentido como estes que mencionou-se que o espaço pode ocupar, simbólica e realmente, um papel importante no desenvolvimento da consciência crítica e das formas radicais de luta política.

Somente a compreensão profunda e a incorporação pelas teorias urbanas e pelas políticas públicas das reflexões sobre as relações patriarcais aqui esboçadas, será possível reconhecer e afirmar a existência das mulheres na cidade.

A Democratização da Cidade e da Cidadania

As lutas das mulheres por creches, educação não-sexista nas escolas, trabalho igual salário igual, formação profissional, grupos de saúde e sexualidade, aborto, contracepção, grupos anti-violência, SOS-mulheres, delegacias de defesa da mulher, casa de refúgio para mulheres vítimas de violência, centros de atendimento jurídico e social, casas de mulheres, grupos culturais, livrarias, editoras, etc. São, antes de mais nada, **lutas pelo direito à cidadania e à cidade**.

Apesar das mulheres não terem "consciência formal" da segregação espacial que o urbano lhes impõe e não a explicitarem em seu discurso, seu conteúdo está presente nas lutas travadas pelos seus movimentos organizados. **São formas de apropriação do espaço traduzidas por uma verdadeira re-leitura indireta do urbano patriarcal.**

Em todo o mundo mulheres estão tomando consciência dos problemas espaço-temporais impostos pela organização da cidade e ressentidos na sua vida cotidiana, inventando práticas de apropriação e de autogestão do espaço, demonstrando publicamente sua existência. Desse modo, elas politizam o cotidiano das relações entre os sexos, articulam uma série de demandas e as impõem às instâncias políticas.

Quando Risi¹⁵ nos fala que refletir ao feminino é recusar de deixar seu seu sexo de lado, fazendo de conta que não se é mulher, é que chegou a hora de juntarmos 'posição funcional de geógrafa e situação existencial de mulher'¹⁶.

A introdução da questão "divisão sexual do trabalho" no planejamento urbano é primordial: **quem afirmaria hoje que sem o trabalho da mulher o sistema urbano não entraria em colapso?**

Como vimos, as mulheres e os homens vivem de maneira diferente os problemas da vida urbana. O papel das mulheres na reprodução da força de trabalho e na família, torna-as presença marcante e quase que obrigatória nas lutas sociais pela melhoria dos serviços urbanos e qualidade de vida. Devido às suas tarefas domésticas e participação na comunidade (sobretudo as mulheres mais pobres), são as mais afetadas pela crise dos serviços urbanos que aumenta, consideravelmente, suas responsabilidades. Isoladas no espaço privado do lar ou à sua extensão pública (o posto de saúde, a farmácia, o hospital, a loja, o supermercado, a feira, o açougue, a padaria, a escola, o parque, etc.), elas travam uma luta incessante contra o relógio, tentando administrar sua vida cotidiana.

Grande parte do planejamento urbano e das propostas de políticas públicas não apresenta intervenções voltadas a enfrentar a situação de metade da população. Estamos falando aqui de alternativas que melhorem a situação de vida das mulheres e

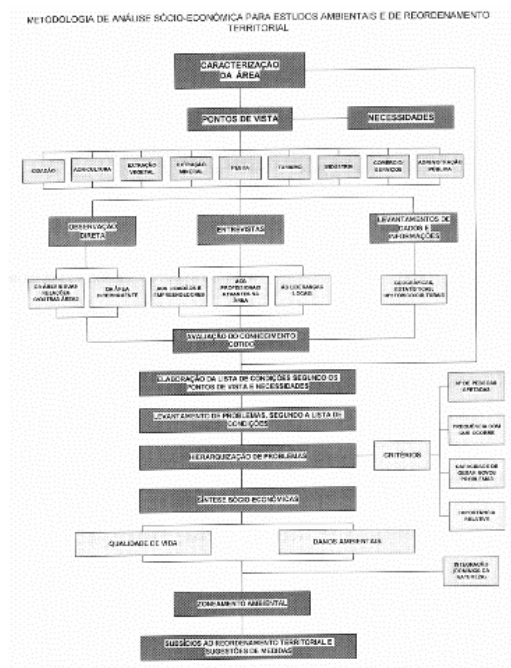
de estratégias que levem em conta sua especificidade, incorporando-as como grupo prioritário no combate à discriminação.

As administrações públicas têm que se preparar para isso, introduzindo, em todas suas áreas e setores, a perspectiva dos problemas femininos, criando mecanismos formais de implementação de políticas relativas à condição feminina. Por exemplo: os seus sistemas estatísticos deverão incluir conceitos e métodos que permitam obter indicadores sobre as oportunidades sociais vividas desigualmente entre mulheres e homens. Todos os dados deverão ser desagregados por sexos o que, além de permitir um melhor conhecimento, introduz o hábito de pensar e analisar sempre as situações em função dos 2 grupos: o dos homens e o das mulheres.

A prioridade deve ser dada à criação de infra-estruturas sociais de apoio à família e, ao mesmo tempo, à mudança de atitudes quanto aos papéis masculinos e femininos dentro da família. Ou seja, medidas que procurem facilitar a partilha das responsabilidades familiares entre o pai, a mãe e a sociedade.

Nesse sentido, o conceito de "pleno exercício da cidadania" só terá aplicação real na vida das mulheres, se ele significar enfrentamento direto de suas questões específicas: sistema especiais de defensoria contra a violência; políticas de saúde integral; combate à discriminação no emprego; criação de novas oportunidades em todas as áreas da economia; garantia de acesso à educação e formação profissional; incentivos à criação de rendimentos, facilitando o acesso ao crédito; criação de políticas habitacionais específicas; etc.

Somente dessa forma - feminilizando os conceitos de Planejamento e a prática das Políticas Públicas - será possível dar verdadeira dimensão ao conceito de "cidadania e democracia", opondo-se à política "tradicional" marcada pela exclusão dos pobres e pela discriminação sexual.



Notas de Referência

- ¹ EASLEA, B. **Science and Sexual Oppression**. Londres. W. And Nicholson, 1981.
- ² Em 1988 foi formado o Study Group on Gender da International Geographic Union (UGI).
- ³ GILBERT, A & ROSE, D. Espaces et Femmes: pour une géographie renouvelée. **Cahirs de Géographie du Québec**. Québec, v.31, n.83, p.139, set/1987.
- ⁴ SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- ⁵ MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo. Hucitec, p.127, 1984.
- ⁶ CALIÓ, S. **Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, p.50, 1991.
- ⁷ VARIKAS, E. Jornal das Damas. Feminismo no século XIX na Grécia. **Relações Sociais de Gênero X Relações de Sexo**. NEMGE-USP. São Paulo, p.50, 1989.
- ⁸ KARTCHEVSKI-BULPÖRT et alli. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.
- ⁹ ENGEU, C & SAVE, J. Structures Urbaines et Réclusion des Femmes. **Temps Modernes**. Paris, n.333-334, p.1736-50, mai/1974.
- ¹⁰ CALIÓ, S. op. cit., p.97.
- ¹¹ DAGENAI, H. Les Femmes dans la Ville et dans la Sociologie Urbaine. **Antropologie et Sociétés. Problèmes Urbains**. Québec, vol.4, n.31, p.31, 1980.
- ¹² DAGENAI, H. op. cit., p.32.
- ¹³ BREITBART, M. M. Feminist Perspectives in Geography. Theory and Methodology. **Rev. Antipode**, v.6. n.3, p.72-76, 1984.
- ¹⁴ MACKENZIE, S. Editorial Introduction. **Rev. Antipode**, v. 6, n.3, p.3-11, 1984.
- ¹⁵ RISI, C. Géographie et Féminisme: remarques liminaires. **Cahiers de Géographie du Québec**. Québec. v-v.30, n.79, abr/1986.
- ¹⁶ Vide nosso trabalho de assessoria à Prefeitura de Santo André (Região Metropolitana de São Paulo), onde conseguimos integrar a reflexão teórica e o trabalho profissional, reconhecendo **de fato** a existência da mulher na cidade.